

IMAGEM E REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA ÁFRICA NO BRASIL: A GEOPOLÍTICA AFRICANA DO GOVERNO LULA

IMAGE AND SOCIAL REPRESENTATION OF AFRICA IN BRAZIL: THE AFRICAN GEOPOLITICS OF THE LULA GOVERNMENT

Eli Alves Penha¹

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Correspondência para: Eli Alves Penha (eli.penha@uerj.br)

doi: 10.12957/geouerj.2018.34310

Recebido em: 23 mai. 2018 | Aceito em: 22 out. 2018



RESUMO

A África é parte constitutiva da nossa formação nacional mas esse aspecto não é bem compreendido pelos brasileiros que tendem a subestimar a importância dessas relações ancestrais. Por conta desse desconhecimento, a imagem que prevaleceu da África foi marcada pelo legado da escravidão, da violência e do atraso e pobreza. Por outro lado, desde a década de 1970, a África tem sido visualizada como uma “fronteira em movimento” do Brasil no seu objetivo de se projetar geopoliticamente no âmbito do Atlântico Sul. No contexto do governo Lula, a expansão dessa fronteira oriental ocorre em sintonia com o forte crescimento econômico da África, possibilitando a conquista de mercados e prestígio internacional para o país com a abertura de novas embaixadas no continente. Ao mesmo tempo que criava oportunidades para as empresas brasileiras atuarem no continente, o governo Lula procurou promover, internamente, a implementação de políticas sociais com vistas a mitigar a “dívida histórica” que o país tem para com a África. Nessa nova diretriz da política africana brasileira, a perspectiva de construção de uma representação social da África, converge com a imagem do trabalhador africano escravizado e sua importância para o desenvolvimento civilizacional do Brasil.

Palavras-chave: Geopolítica e Relações Internacionais; Política Africana; Fronteira Oriental; Diplomacia; Políticas Sociais.

ABSTRACT

Africa is a constituent part of our national formation, but this perspective is not well understood by brazilians who tend to underestimate these ancestors relationships. Because of the lack of knowledge, the image that prevailed from Africa was marked by the legacy of slavery, violence, backwardness and poverty. On the other hand, since the 1970s, Africa has been seen as a "moving frontier" of Brazil in its geopolitical projection in the South Atlantic. In the Lula government context, the expansion of the brazilian "eastern frontier" occurs in tune with the strong economic growth in Africa, enabling the conquest of markets and the international provision for the country with the opening of new communities in the continent. While creating opportunities for Brazilian companies to operate in the continent, the Lula government sought to promote, internally, social policies aimed at alleviating the country's "historical debt" to Africa. In this new guideline of brazilian african politics, the perspective of building a social representation of Africa converges with the image of the enslaved African worker and its importance for the civilizational development of Brazil.

Keywords: Geopolitic and Internacional Relations; African Policies; Eastern Frontier; Diplomacy; Social Policies...

INTRODUÇÃO

Historicamente, a África tem sido representada por estereótipos moldados pela ideologia colonialista, tratada no Brasil como fenômeno natural. O historiador José Honório Rodrigues, no capítulo inicial do

seu célebre livro¹ criticou a desinformação do brasileiro sobre a África, mostrando que a imagem que se tem do continente sempre foi marcada por estereótipos formados a partir de uma elite branca que procurou moldar a imagem do continente segundo seus interesses. Nessa linha analítica pode se dizer que desde a independência do Brasil, difundiu-se diferentes imagens da África que serviriam a diversos propósitos, segundo os contextos de cada época.

No período do Império, a tese dominante ligava o trabalho do africano a ideia de progresso e desenvolvimento da nação. “A África civiliza a América” tal frase, pronunciada no Senado do Império por Bernardo de Vasconcelos, foi dita para justificar a manutenção do trabalho escravo no Brasil. Fundador do Partido Conservador e ligado aos interesses da grande lavoura, o senador Vasconcelos justificou sua fala argumentando que o trabalho escravo, sendo o principal responsável pela transformação da natureza bruta em riqueza, constituía-se no fundamento básico da vida “civilizada” e a condição da própria existência do Brasil².

Já no fim do século XIX, com a substituição da mão de obra africana pelo trabalho assalariado do imigrante europeu e asiático, a imagem predominante passou a ser “a África atrasa o Brasil”. Entramos no período republicano com a abolição do trabalho escravo, porém sem dar ao trabalhador ex-escravizado cidadania plena: nenhuma indenização, direitos políticos, terras. Além disso, houve uma tentativa de marginalizar a cultura africana proibindo suas práticas, cultos e celebrações. A origem africana do Brasil envergonhava as elites republicanas e por isso era desvalorizada, como cultura e saber.

Ao longo das décadas de 1950/60 depois de um longo afastamento, a África ressurgiu no imaginário nacional graças à descolonização do continente. Os movimentos de independência, a emergência da Guerra Fria e o avanço do comunismo, passaram a perturbar o silêncio reinante no Atlântico Sul reforçando a imagem de que “a África ameaça o Brasil”. O General Golbery do Couto e Silva³, por

¹ Rodrigues, José. “Brasil e África. Outro Horizonte”. (Rio de Janeiro: Civilização, 1961)

² Rubens Ricúpero: “A África Civiliza a América”. Folha de São Paulo, 28/03/1998.
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi28039802.htm>

³ Silva, G.C. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, Bibliex; José Olympio, 1967.

exemplo, em sua teoria dos círculos concêntricos destacava que a África posicionava-se numa tênue linha divisória entre o ocidente cristão e o comunismo ateu e que isso afetava diretamente o Brasil por conta do efeito da proximidade geográfica favorecida pelo mar. O Atlântico Sul, nesse sentido, passa a ser visto como uma ponte e não mais como barreira, tornando a África uma fronteira geopolítica ou, no dizer do Gal. Golbery, a “fronteira oriental” do Brasil que, segundo ele, deveria ser melhor explorada para garantir a segurança & desenvolvimento do país.

Nos anos 70, o Itamaraty incorporou o conceito de “fronteira oriental” ao institucionalizar a “política africana”, consolidada com o reconhecimento das independências das ex-colônias portuguesas (Angola, Moçambique, Guiné Bissau e Cabo Verde). A crise do petróleo e a recessão econômica que se seguiu daí em diante, tornou os países africanos importantes parceiros comerciais que vendiam petróleo, compravam nossos produtos manufaturados e eram clientes das grandes empresas de engenharia brasileiras que atuavam na construção de infraestruturas dos países recém independentes. Além disso, o Brasil lutava para ser reconhecido como ator importante no cenário internacional e o apoio africano ao país, no âmbito da ONU, reforçava nossas ambições de potência hemisférica.

A institucionalização da “política africana”, mostrou que os fundamentos geopolíticos e os meios econômicos, quando trabalhados em conjunto, confluem para o estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento e inserção internacional de longo prazo. Na perspectiva do Itamaraty, a África, ao invés de ameaçar, poderia ajudar a “desenvolver o Brasil”. Essa nova imagem é construída no contexto da definição do projeto do Brasil-Potência, que previa tornar o país na primeira nação industrial dos trópicos, com tecnologia intermediária para atender aos novos parceiros africanos e, em termos populacionais, apresentar o Brasil como um país etnicamente multirracial, ou um caso bem sucedido de comunhão das raças.

Nas décadas de 2000/2010, os objetivos previstos na política externa “Ativa e Ativa” do governo Lula, que postulava mudanças na hierarquia do poder mundial, atribuiu às relações do Brasil com a África um lugar de grande destaque. O forte crescimento econômico da África possibilitado pelo aumento da demanda de matérias primas no mercado internacional e as oportunidades abertas para a

atuação das empresas brasileiras no continente, favoreceram o estreitamento das relações com os países africanos, apesar das resistências ideológicas de alguns setores da sociedade que preferiam manter o relacionamento privilegiado com os países do chamado “Primeiro Mundo”. O estilo personalista de Lula para lidar com a política externa fez com que os temas relacionados à África ganhassem ainda mais visibilidade no Brasil, tornando o continente parte indissociável não só do desenvolvimento econômico brasileiro mas também da consecução da política de potência hemisférica que o Brasil almejava no âmbito das relações internacionais.

Para reforçar de forma estrutural a política africana e envolver a sociedade no seu projeto de aproximação com o continente, o governo Lula procurou se respaldar intelectualmente através da promoção de debates e fóruns de discussões, atraindo instituições como universidades, partidos políticos, além de empresas e grupos sociais afro-brasileiros, com o intuito de criar um novo consenso ideológico em torno dessa política.

O foco desse consenso foi o reconhecimento da importância do trabalhador africano escravizado para a construção da nação para quem o Brasil tinha uma “dívida histórica”. Nessa nova imagem, o elo de construção da africanidade brasileira passa a ser a escravidão e não a cordialidade oficial do discurso culturalista, muito utilizado nos períodos anteriores como disfarce para justificar uma aproximação de cunho eminentemente pragmático e mercantil (Saraiva, 2012 p. 110/1).

Entretanto, para efetivar essa política com a nova abordagem histórica e sociológica, havia uma série de fatores complicadores. O primeiro deles é o desconhecimento da realidade africana por grande parte da população. O parco conhecimento sobre o continente sempre foi impregnado por conceitos criados nos países colonizadores que enxergam a África como uma unidade monolítica, caracterizada pela pobreza e o atraso endêmicos. A imagem da África, portanto, para a maioria da população brasileira, coincide com a que era difundida no final do século XIX no Brasil.

Além desse aspecto, no que diz respeito ao quadro social, o Brasil não é necessariamente uma boa vitrine para as sociedades africanas. A crônica desigualdade de renda verificadas no país, atinge em

cheio a população negra que, invariavelmente, fica estacionada na base da pirâmide social. Também o acesso ao sistema de ensino superior dos estudantes negros e pardos sempre foi insignificante, se comparado aos brancos (5% do total em 2005, segundo o IBGE).

Quando assumiu o governo em 2003, Lula teve que levar em conta todas essas questões e o modo de equacioná-las passava pelo “pagamento” da “dívida histórica” que o Brasil tinha para com o continente africano. O meio de acerto deveria ser feito através do fortalecimento das relações diplomáticas e econômicas com o continente e, simultaneamente, através da valorização social da população afrodescendente do país.

Nesse texto, pretendo apresentar e discutir as atuais diretrizes geopolíticas dessa aproximação do Brasil com a África considerando: a expansão da fronteira⁴ oriental brasileira no contexto do “Renascimento Africano”; e os desdobramentos internos dessa expansão através da implementação de políticas sociais destinadas à população afrodescendente do Brasil. O objetivo principal é investigar em que medida a política africana no governo Lula foi capaz de conciliar o crescimento econômico com o progresso social, que sempre foram vistos como dissociados no Brasil, promovendo a difusão da imagem da África como representação do desenvolvimento civilizacional do Brasil.

O “Renascimento Africano” e a expansão da fronteira oriental brasileira

A África é composta por 54 países e contava, em 2017, com cerca de 1 bilhão de habitantes. Sua área continental de 30.415.873 km² contem 15% das reservas mundiais conhecidas de petróleo e gás natural, 40% das reservas de ouro, 80% das reservas de cromo e platina, 25% das reservas de urânio e mais de 35% do potencial hidroelétrico do mundo. O continente é o responsável pelo fornecimento de 15% da produção mineral do planeta, dos quais 70% de diamantes e de platina, 50% do cobalto, mais de 30% do ouro e do cromo, cerca de 20% do urânio, de manganês e de fosfato (Bennaoum, 2013).

⁴ O conceito de fronteira oriental aqui utilizado é definido por Turner (1896) como zona de incorporação a um centro mais desenvolvido onde ambos se beneficiam do movimento de expansão.

Em termos geopolíticos globais, as relações internacionais da África tem sido, desde o processo de independências, instrumentalizadas pelas potências estrangeiras, particularmente no contexto específico da Guerra Fria. Com o fim do conflito bipolar, o continente perde importância estratégica e suas relações são desideologizadas. Como consequência, as ajudas externas foram interrompidas e muitos dos conflitos iniciados no âmbito das disputas estratégicas foram abandonados sem uma solução final. A década de 1990 na África é, assim, marcada pela fome, pelas epidemias, pelos conflitos endêmicos e pelo isolamento político.

Ao longo das décadas de 2000 e 2010, contudo, a África tem experimentado um forte período de recuperação econômica. Esse período, denominado pela União Africana (UA) de “Renascimento Africano”, apresenta dados médios expressivos, tanto no que diz respeito ao crescimento de PIB, quanto no desejo dos países do continente de assumirem as rédeas do seu próprio desenvolvimento e de suas relações com o restante do mundo.

Na média geral da década de 2000, o crescimento foi de 5% ao ano, sendo responsável por 6 entre os 10 crescimentos mais rápidos da primeira década do século – em Angola atingiu o pico de 27%, potencializado pela pacificação do país e da alta da produção de petróleo e diamantes (Penha, 2011a, p.198).

A elevação dos preços internacionais dos “commodities” ajuda a explicar esse crescimento, embora tenha sido registrado que países sem exportações significativas de recursos naturais tiveram taxas de crescimento do PIB similares. A explicação é que investidores de outros setores da economia - como varejo, transporte, telecomunicações e manufaturas – também se viram atraídos pela melhora nas condições de realização de negócios (Villas-Boas, 2014 p.16). O fluxo de IED (Investimentos Externos Diretos) atingiu a cifra de US\$ 31 bilhões em 2015, uma diferença de cerca de 78% em relação à 2014, concentrados no petróleo, gás e mineração (10% vindos da China).

Paralelamente a isso, os governos africanos procuram promover reformas econômicas e políticas, consubstanciadas na Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), estruturada dentro

dos marcos de criação da União Africana⁵ -UA, que substituiu a Organização da Unidade Africana - OUA em 2001. Formada com fundos nigerianos, sul-africanos e líbios, o NEPAD se propõe a estabelecer uma estratégia continental no sentido de minimizar os problemas econômicos dos Estados signatários, além de funcionar como núcleo de captação de recursos financeiros (internos e externos) para equacionar a questão das dívidas externas, promover a revolução da infraestrutura no continente e coordenar as economias de forma conjunta (Ribeiro, 2007:54-5).

Os dois grandes entraves para o desenvolvimento econômico da África são os setores industriais e de transportes. No primeiro observa-se que, apesar de alguns países terem logrado desenvolver uma política industrial centrada na siderurgia e na química pesadas (como a Nigéria, RDC e África do Sul), predominam no continente as indústrias leves -têxteis, bebidas, cimento, montagem de bicicletas e veículos automotores, pequenas metalurgia, etc. -, controladas pelas indústrias multinacionais e destinadas em grande parte para o mercado externo (Villas-Boas, 2014 p.88-9).

Embora os investimentos externos diretos e as taxas de crescimento econômico tendam a aumentar no continente, o déficit em infraestrutura continua a ser um dos principais fatores de restrição. De acordo com dados do African Development Bank (AfDB), 66% da população africana não tem acesso a estradas, enquanto 70% está privada do acesso à energia elétrica. Apenas 5% da agricultura no continente utiliza-se de técnicas de irrigação. Quanto à internet de alta velocidade, sua cobertura está restringida a 6% do território, enquanto a média para os países em desenvolvimento é de 40%. (AfDB, 2014)

Como resposta a esse déficit de infraestrutura territorial foi criado, sob a liderança da União Africana e no âmbito das ações da NEPAD, o Programa Para o Desenvolvimento de Infraestruturas na África (PIDA). Lançado em 2010, esse amplo e ambicioso programa visa capitalizar os crescentes investimentos externos na África desenvolvendo infraestruturas para o continente. O PIDA estima que o crescimento africano seja de 6% por ano entre 2012 e 2040. As razões para tal estimativa residem

⁵ A União Africana surgiu como forma de promover uma maior integração dos Estados africanos, dentro de um modelo federalista, à semelhança da União Europeia. A sede da entidade é a mesma da OUA, Addis Abeba - capital da Etiópia.

na existência de recursos minerais e energéticos, no aumento populacional, na melhoria das condições básicas de vida, nos investimentos em educação e no aumento do PIB per capita (Faria, 2017, p.153)

A recuperação econômica da África vai exigir uma grande soma de investimentos para expandir as redes de comunicações, a produção de energia e desenvolver a capacitação tecnológica dos africanos. Nesse sentido abre-se uma extraordinária janela de oportunidades para o Brasil que, desde os anos 70, se habilitou a oferecer insumos, produtos e tecnologias que atendem aos interesses africanos. As empresas brasileiras, atuando há quase três décadas no continente, desenvolveu um “savoir faire” compatível com a realidade africana e, portanto, é um importante parceiro no processo de reconstrução e desenvolvimento das estruturas produtivas no continente.

Como já foi dito anteriormente, o projeto de cooperação do Brasil com o continente africano ocorreu de forma gradativa e correspondeu à importância que adquiriu o continente no âmbito do sistema internacional após o processo de descolonização que se iniciou na década de 50/60 e até 1975 (colônias portuguesas). Nesse sentido, a atitude brasileira revelou-se bastante promissora, pois tratava-se de ampliar a inserção internacional do Brasil colocando a África no centro da afirmação brasileira de potência hemisférica, reforçada com a concepção de um novo conceito de vizinhança: a “fronteira oriental”, cuja contiguidade é favorecida pelo Atlântico Sul⁶.

A meta da política africana, definida formalmente durante o governo Geisel, era assegurar uma maior complementaridade política e econômica, que reforçasse o perfil externo do Brasil e da própria África nas questões internacionais. O afrouxamento do alinhamento às doutrinas de segurança hemisférica e a redefinição das relações com os Estados Unidos, foram os aspectos que conduziram o Brasil a uma maior aproximação com os países do Terceiro Mundo e com a África em particular.

O interesse brasileiro pela África sofreu revezes ao longo das décadas de 90 e 2000, marcadas pelas gestões de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. No primeiro, o interesse em inserir o Brasil na globalização provocou um esmorecimento das relações políticas com o continente africano

⁶ BARBOSA, Mario Gibson. Documentos de Política Externa (VII). Brasília, Itamaraty, 1973:53-4.

com relativa perda de espaços conquistados desde o governo Geisel e a consequente diminuição dos fluxos comerciais.

Com o governo de Lula (2003-2010), contudo, a África voltou a ocupar lugar de destaque na agenda da política externa do Brasil. Tão logo iniciou seu governo, Lula orientou o Itamaraty a reabrir e a ampliar os postos diplomáticos que haviam sido fechados na década de 90, elevando para 37 o número de embaixadas e consulado-gerais na África (eram 17). Os países africanos, por sua vez, também ampliaram o número de embaixadas no Brasil perfazendo um total de 36 (eram 16), o que representa a maior concentração de embaixadas no Hemisfério Sul (Faria, 2017 p. 144).

Outra medida de incentivo foram as constantes viagens de Lula para o continente africano: entre 2003 e 2010 foram 33 viagens visitando 23 países; no sentido inverso, o Brasil recebeu 47 visitas de reis, presidentes e primeiros-ministros africanos, oriundos de 27 nações. (Ministério do Planejamento, 2011, p.35). Nessas visitas, o governo brasileiro sempre procurou deixar claro que o diferencial do interesse brasileiro pela África são os fortes laços históricos e a afinidade cultural que outras potências muito ativas no continente como a China, por exemplo, não tem (IPEA/BIRD, 2011, p.18).

O momento favorável de forte crescimento econômico em ambos os lados do Atlântico Sul foi bem utilizado pelo governo Lula para a retomada da política africana em novos patamares econômicos: de 2003 e até 2013, os investimentos brasileiros na África saltaram de US\$ 6,1 bilhões para US\$ 28,5 bilhões. Nesse mesmo período 500 empresas brasileiras se instalaram em países africanos, quando em 1995 havia apenas 13 (Faria, 2014, p. 146).

Um aspecto crucial que diferencia a atuação do Brasil na África é a forma como as empresas realizam negócios. O modelo utilizado tende a incluir a contratação de mão de obra local para seus projetos e o desenvolvimento de capacidades locais, o que resulta na melhoria da qualidade dos serviços e produtos (Itamaraty, 2012, p.2). Representantes da Odebrecht em Angola, por exemplo, confirmaram que os cargos estratégicos não são ocupados apenas por brasileiros, mas também por profissionais locais. O

número de africanos contratados por empresas brasileiras é tão expressivo que a Odebrecht se tornou o maior empregador do setor privado em Angola (IPEA/BIRD, 2011, p.23).

Merece também destaque a atuação da Petrobrás em vários países africanos, notadamente no Golfo da Guiné onde venceu várias licitações de exploração de petróleo “off shore”. Em Angola, a empresa atua também na exploração de blocos de petróleo e na camada do pré-sal, cujas reservas são comparáveis aos do Brasil. Na Nigéria, a Petrobrás investiu cerca de 2,3 bilhões de dólares em 2006, constituindo-se no maior investimento da empresa num país estrangeiro (Beny, 2007:107).

Uma das atuações mais expressivas deste novo estágio das relações Brasil-África é a cooperação marítima e naval, em torno das Zonas Econômicas Exclusivas. O Brasil tem participado nos trabalhos de mapeamento destas zonas em alguns países africanos e, inclusive ajudando a organizar a ala naval da Marinha da Namíbia. O pedido de ajuda do governo da Namíbia resulta de suas dificuldades de patrulhamento costeiro e de aproveitamento de sua ZEE, onde se localiza uma das maiores concentrações de cardumes de peixes do mundo.

A presença brasileira na Namíbia obedece claramente a critérios geopolíticos: acentuar a participação do Brasil em projetos localizados na África Austral para se contrapor à forte presença da China na região. Neste particular a posição da Namíbia é estratégica para os interesses brasileiros, pois além de possuir um porto bem aparelhado e bem localizado (Walvis Bay), entre a Cidade do Cabo e Luanda, o país pode servir como aliado para aumentar a influência brasileira na região (Penha, 2011b, p.272).

Dentro ainda da abordagem da “fronteira oriental”, é preciso mencionar também a crescente presença brasileira em Moçambique, país com o qual o Brasil sempre manteve estreitos laços de cooperação desde o reconhecimento da independência do país em 1975. As profundas afinidades culturais e históricas que unem os dois países e a posição do país no conjunto da África Austral voltado para o Índico – oceano de grande interesse para o país graças a sua atuação junto ao grupo do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), são aspectos relevantes que justificam a parceria do Brasil com Moçambique.

A medida mais importante adotada pelo governo brasileiro em relação à Moçambique foi o perdão da dívida do país em 2004, no valor de US\$ 400 milhões. Esse fato, permitiu ao país ajustar suas contas públicas e absorver novos investimentos do Brasil, notadamente no desenvolvimento da infraestrutura e na exploração de recursos minerais. Esses investimentos viriam com a chegada da Vale Rio Doce no norte de Moçambique, para a exploração do carvão no complexo carbonífero de Moatze. Com investimentos na ordem de US\$ 8,2 bilhões de investimentos em 2015, a presença da Vale em Moçambique, é considerada uma das maiores conquistas econômicas do Brasil na África (Rosa, 2015). Recentemente, a concessão de terras do governo moçambicano aos agricultores brasileiros, foi saudada como a “expansão da fronteira agrícola brasileira”, já que o montante de terras é bastante significativo, compreendendo cerca de 6 milhões de hectares o que equivale a cerca de 60 mil km² ou 1,3 vezes o estado do RJ.

Outro importante desdobramento da atuação brasileira na África se deu no campo do desenvolvimento de políticas sociais no qual os programas implementados no Brasil, como o Bolsa Família e de elevação de renda, tem servido como modelo para futura implementação por parte dos países africanos. Há também projetos vinculados à capacitação para sistemas de saúde, voltados para o combate à doenças como malária e à produção de medicamentos antirretrovirais (Saraiva, 2012, p.129). Menciona-se ainda projetos diversos como apoio à formação profissional rural e à capacitação de atualização cartográfica censitária, levados à cabo pela EMBRAPA e IBGE respectivamente.

Ou seja, os programas de conteúdo sociais bem sucedidos no Brasil tem servido como vitrines para implementação no continente africano, da mesma forma que as grandes obras de engenharia dos anos 70, funcionou como cartão-postal da capacidade brasileira de exportar esses serviços para os países africanos. A comunhão de um mesmo espaço tropical e ecológico facilitam a confluência de interesses mútuos.

“A África mora aqui”: os desdobramentos internos da política africana do governo Lula

As convergências históricas, demográficas e culturais sempre foram valorizadas como pertinentes para justificar plenamente o interesse de aproximação com a África. No governo Lula esses fatores foram amplificados porque, no dizer do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (2015), a “África mora aqui”⁷, fazendo alusão ao fato de que o país tem a segunda maior população afrodescendente do mundo, decorrente da entrada de cerca de cinco milhões de africanos escravizados para o Brasil entre os séculos XVI e XIX. Esse reconhecimento da importância do trabalhador africano escravizado para a construção da nação, foi oficialmente explicitado em discurso, por ocasião da visita do Presidente Lula à Moçambique no ano de 2003:

“O Brasil tem uma dívida histórica e, conseqüentemente, precisa contribuir de forma decisiva para o pagamento dessa dívida. E o pagamento dessa dívida se deve pelas boas relações que o Brasil tem que ter, sobretudo, com os países de língua portuguesa. Nós sabemos que a sociedade brasileira foi construída com o trabalho, com o esforço, com o suor e com o sangue de uma grande parcela de africanos, que eram cidadãos e cidadãs livres na África e se tornaram escravos, para prestar serviços no meu país e em outros países”⁸.

Por outro lado, embora esses fatores de conteúdo histórico e demográfico e culturais fossem valorizados como pertinentes para justificar plenamente o interesse de aproximação com a África, havia um hiato entre a imagem que o Brasil projetava no exterior e as práticas sociais internas relativo à população afrodescendente. Os próprios diplomatas africanos que chegavam aqui notavam que a imagem que vendiam do Brasil lá fora não batia com o que era presenciado aqui. Muitos casos de constrangimentos sociais sofridos por eles foram relatados, ao serem confundidos com afro-brasileiros (Saraiva, 2012 p. 112).

Quando Lula assumiu o governo, era evidente que o racismo era uma questão estrutural da sociedade que se media em todos os indicadores sociais: renda, educação, saúde, etc. Para corrigir essas distorções, o Presidente Lula implementou uma série de iniciativas com vista a promover a valorização das populações afrodescendentes, abarcando programas de combate à discriminação racial, políticas de ações afirmativas nas universidades e instituições públicas em geral, mudanças nos currículos escolares tornando obrigatório o ensino de História da África nas escolas públicas, e favorecer o intercâmbio

⁷ Instituto Lula. Entrevista com Celso Amorim, 2015.

⁸ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano Palácio da Ponte Vermelha Maputo - Moçambique, 05 de novembro de 2003. Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação. Maputo - Moçambique, 05 de novembro de 2003.

acadêmico entre estudantes brasileiros e africanos viabilizado pela criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira –Unilab.

Políticas de combate à discriminação racial

Uma das primeiras medidas institucionais do governo Lula foi ampliar a participação da população afrodescendente na definição das políticas de Estado. A criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 21 de março de 2003, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, transformada em Ministério em fevereiro de 2008, é, sem dúvida, uma inflexão política e institucional no tratamento da temática racial pelo Estado.

Outra medida de grande impacto foi a instituição do Estatuto da Igualdade Racial, instituída em 2010, graças à iniciativa do senador Paulo Paim (PT/RS). O estatuto, viabilizado na Lei nº 12.288/10, visa garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. Ao defender a lei, o autor assim se pronunciou:

“Não queremos a cultura afro-brasileira vista, sentida e experimentada somente nas práticas religiosas, música ou alimentação. Queremos a cultura do negro inserida nas escolas, no mercado de trabalho, nas universidades, pois o negro faz parte do povo brasileiro. Cultivar as raízes da nossa formação histórica, evidentes na diversificação da composição étnica do povo é o caminho mais seguro para garantirmos a afirmação de nossa identidade nacional e preservarmos os valores culturais que conferem autenticidade e singularidade ao nosso país.”⁹

História da África e dos africanos do Brasil

O ensino obrigatório de História da África currículo oficial da rede de ensino foi uma das primeiras medidas legislativas tomadas pelo governo Lula. Assinada em 09/01/2003, a Lei 10.639 prevê ainda que o conteúdo programático deve incluir o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política ao longo da História do Brasil. Em

⁹ SIMÃO, Calil(Coord.). Estatuto da Igualdade Racial. Leme: J.H. Mizuno, 2011, p. 11.

seu art. 79-B determina ainda que o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” em homenagem à Zumbi dos Palmares.

Ações Afirmativas

Com relação às ações afirmativas, ela surgiu em decorrência das desigualdades de acesso às universidades no Brasil. Dados de 1997, mostravam que nesse ano foram registrados que apenas 2,2% de pardos e 1,8% de negros, entre 18 e 24 anos, cursavam ou tinham concluído um curso de graduação no Brasil.

O estado do Rio de Janeiro foi o pioneiro no país na adoção do sistema de cotas em suas universidades estaduais. Sob a justificativa de implementar medidas de combate à exclusão e a desigualdade sofridas pelas minorias étnicas, várias leis foram promulgadas desde o ano de 2001 definindo cotas até 40% para as populações negra e parda nos cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

Cabe ressaltar que essas leis não foram bem recebidas pela comunidade acadêmica da UERJ. Segundo seus críticos, foi uma decisão arbitrária por não ter sido previamente discutida internamente mas a partir de atores organizados de fora da universidade em articulação com os poderes Executivo e Legislativo (Souza, 2016).

Apesar das críticas, o sistema de cotas se alargou abrangendo outros setores da sociedade. A Lei nº 5.346 de 11 de dezembro de 2008, estabelece que o sistema de cotas nas universidades estaduais passa a vigorar por mais dez anos e garantindo 45% do total das vagas oferecidas. Essas vagas ficaram assim distribuídas: 20% para os estudantes negros e indígenas, 20% para os estudantes oriundos da rede pública de ensino e 5% para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, e filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

A Universidade de Brasília, por sua vez, foi primeira instituição de ensino federal a adotar as cotas raciais em 2004. O sistema de cotas na UNB foi implantado no segundo vestibular de 2004 destinando vagas para negros e índios. A decisão da UnB arrastou dezenas de outras universidades públicas, estaduais e federais, que isoladamente não teriam adotado o sistema. Por fim, em 2012, o governo federal institucionaliza a medida à nível de todo o território federal, ao aprovar a Lei nº 12.711, conhecida também como a Lei de Cotas prevendo que as instituições de ensino superior federais destinem metade de suas vagas nos processos seletivos para estudantes oriundos de escolas públicas. A distribuição dessas vagas também leva em conta critérios raciais e sociais.

A Unilab

A criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), 14ª instituição federal criada na gestão de Lula, nasce baseada nos princípios de cooperação solidária. Em parceria com outros países, principalmente africanos, o presidente Lula sancionou Lei nº 12.289, em 20 de junho de 2010, instituindo a Unilab como Universidade Pública Federal.

A sintonia dos objetivos pautados em busca do pagamento da “dívida histórica” para com a África, ficou patente na escolha da cidade para sediar a nova universidade: Redenção no interior do Ceará, pioneira na abolição da escravidão em 1883. Além de garantir ensino superior em diversos cursos para jovens brasileiros, a Unilab também garante o intercâmbio com universitários de toda a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Timor Leste.

No primeiro ano de funcionamento, a Unilab recebeu 350 alunos e a meta da instituição é, no futuro, contar com cinco mil estudantes nos cursos de graduação, mestrado e doutorado. Para acesso à Unilab, será utilizada a nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Nas palavras do Presidente Lula:

“A criação da Unilab proporcionará além de educação superior e intercâmbio de estudantes de países de língua portuguesa, também contribui para o Brasil pagar uma dívida antiga com o povo africano. Essa dívida não se pode mensurar em dinheiro, mas deve ser paga em solidariedade e cooperação em educação e cultura”.

CONCLUSÃO

Como foi visto no texto, as relações do Brasil com a África, ainda que sejam subestimadas no país, sempre contribuíram para o desenvolvimento econômico brasileiro, além de ser parte indissociável da nossa própria formação nacional, aspecto esse bem relevado durante o governo Lula.

No plano interno, o governo Lula levou em consideração as questões sociais que afetavam a população afrodescendente e buscou equacioná-las levando em conta as premissas históricas e sociológicas que norteiam a dívida histórica que o Brasil tinha para com o continente africano. Nesse período, como o texto procurou mostrar, houve um efetivo entrosamento entre a política africana do governo Lula e o desenvolvimento de políticas sociais internas de valorização da população afrodescendente do Brasil. O resultado desse cruzamento externo e interno, contribuiu decisivamente para moldar uma nova imagem da África mais colada com a realidade social do que como representação estereotipada.

A proposta de discutir imagem e representação da África, cabe dizer que muito oportuna no momento político atual em que se procura “desconstruir” toda a política africana dos governos petistas. As ameaças de fechamento de embaixadas e as desconfianças em relação à lisura na atuação das empresas brasileiras na África têm colocado em cheque todas as iniciativas de desenvolvimento das relações do Brasil com o continente negro. O rebatimento interno do questionamento dessas relações também se faz notar com o recrudescimento do racismo num país majoritariamente afrodescendente. O assassinato de lideranças negras, o cerco às favelas do Rio de Janeiro pelas forças armadas e a ameaça na continuidade das políticas sociais de valorização da população afrodescendente implementadas desde o governo Lula, retrocedem àquela velha imagem que se tinha da África e de seus descendentes como representação estereotipada do atraso e de ameaça para a segurança da sociedade.

REFERÊNCIAS

AfDB. African Development Report 2014: Regional Integration for Inclusive Growth. Abidjan: African Development Bank, 2014.

BENNAOUN, Djamel-EddineOmae. Situação econômica e Potencialidade de Investimentos na África. Seminário Relações Brasil-África: Novas Fronteiras por um Desenvolvimento Global. Disponível em:
<http://www.valor.com.br/sites/default/files/djamel__eddine_bennaoum.pdf> Acesso em: 10 dez. 2013.

BENY, Eduardo. A nova geopolítica do petróleo: do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné. Lisboa, Novo Imbondeiro, 2007.

FARIA, Hélio Caetano. A estratégia do Brasil na África: fundamentos geopolíticos e mecanismos de financiamento no ciclo recente de expansão econômica (2003-2014). 2017. 253f. Tese (Doutorado em Economia Política) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

INSTITUTO LULA. Entrevista com Celso Amorim. <http://www.institutolula.org/damos-atencao-a-africa-porque-a-africa-mora-aqui-diz-celso-amorim> 26/05/2015

IPEA/BIRD (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA & BANCO MUNDIAL). Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana Parceria Sul-Sul para o Desenvolvimento. Brasília, 2011.

MEC-Ministério da Educação e Cultura-

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192. Visualizado em 12 de abril de 2018

MIGA (MULTILATERAL INVESTMENT GUARANTEE AGENCY) – Miga in Sub-Saharan Africa. MIGA Brief: Sub-Saharan Africa. Disponível em:
<http://www.miga.org/documents/SubSaharanAfrica.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2013.

PENHA, Eli Alves. Relações Brasil-África e a geopolítica do Atlântico Sul. Salvador: EDUFBA, 2011a.

_____. Geopolítica e logística de transportes na África Subsaariana. Revista Tensões Mundiais, v.7, n.13, jul./dez., p.261-278, 2011b.

_____. A fronteira oriental brasileira e os desafios da segurança regional no Atlântico Sul. Revista da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, v.18, p. 113-134, 2012.

RIBEIRO, Cláudio. Relações Político-Comerciais Brasil-África (1985-2006). Tese de Doutorado em Ciência Política. FFLCH, USP. São Paulo, 2007.

ROSA, Amanda. Moçambique é aqui. Record, Rio de Janeiro, 2015.

SARAIVA, José Flávio Sombra. África parceira do Brasil atlântico. Belo Horizonte, Fino Trato Editorial, 2012.

SOUZA, Ana Cláudia Silva de http://www.revista.vestibular.uerj.br/artigo/artigo.php?seq_artigo=44, Ano 9, n. 25, 2016. Visualizado em 18 de abril de 2018.

SOUZA, Karla Cristina Silva e Barros, João de deus Vieira. Estereótipos étnicos e representações sociais: uma breve incursão teórica. Revista Educação e Emancipação, São Luís/ MA, v.5, n.2, jul/dez. 2012. In:
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/3259/2669>. Visualizado em 24/04/2018

TURNER, F.J. The frontier in american history. New York: Dover Publications, 1996 (publicado originalmente em 1896).

VILAS-BÔAS, Júlia Covre. A presença de empresas brasileiras na África: incentivos, atrativos e motivações. 2014. 162f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.